

**SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA - RS**

REF: LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 06/2012.

ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.136.424/0001-64, com sede na Avenida Farroupilha, nº 505, sala 02 na cidade VILA MARIA-RS, neste ato representada por seu sócio proprietário, Sr. Josiel Augusto Rizzotto, vem respeitosamente á presença de V. Exa. com amparo no art. 5º inciso XXXIV da carta Magna e no art. 41 da Lei 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, interpor:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pelas razões de fato e de direito a seguir deduzidas:

1 - AS ILEGALIDADES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE LICITAÇÃO EM REFERÊNCIA

1.1 - PRELIMINAR

Primeiramente registre-se que esta Impugnante é empresa atuante no objeto do edital por meio de licitação e tem o máximo interesse de participar e competir na licitação em epígrafe referenciada, tendo ampla capacidade técnica e estrutura financeiro-operacional para tanto. Porém, quer participar deste certame, e esse é um direito público subjetivo seu (art.4º da Lei 8.666/98) a partir de regras editalícias formadas dentro da legislação incidente.

Assim, a presente manifestação se justifica na busca da legalidade do certame para que possa competir em igualdade de condições

com seus concorrentes, vez que se entende que algumas regras inseridas nesse procedimento licitatório, ora instauradas, direcionam o julgamento habilitatório, reduzindo ilegalmente o amplo competitivo inerente às licitações públicas, o qual deixa claras dúvidas importantes para a formulação da proposta financeira que devem ser esclarecidas pelo Município e se assim proceder, nessa condição, são contrárias à legislação incidente.

É o que adiante procuraremos demonstrar Vossas Senhorias.

AS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS ILEGAIS, DUVIDOSAS, FALTA DE INFORMAÇÃO DOS IMPOSTOS CALCULADOS E RETIDOS, TAXA MUNICIPAL DO ISS /CERCEADORES DO AMPLO COMPETITÓRIO.

1ª - PRIMEIRA ILEGALIDADE - DESCUMPRIMENTO DO ART. 40 INCISO II da LEI 8.666/93.

O Edital não apresenta orçamento estimado em planilhas estimativas de quantitativos, em preços unitários dos impostos detalhados, encargos trabalhista, sociais, salários base da categoria, no Município de licitação e os que apresentam são inexequível.

Apresenta apenas em seu ANEXO apresentado pela empresa GSA ENGENHARIA LTDA, uma apertada síntese, modelo de planilha que não apresenta os impostos encargos sociais, ISSQN, despesas administrativas, lucros e etc., que será cobrado dos serviços da contratada ou não, o que sequer pode ser chamado de orçamento referencial.

Trata-se de ILEGALIDADE inconvalidável, ou seja, arremessa à anulação eis que nulo o edital por não dispor em sua Planilha (preços orçados) os encargos sociais, impostos, lucros, despesas administrativas e demais retenções expostos de maneira clara ao edital nos termos determinados na Lei.

Nesse aspecto, assim estabelece o art. 40, inciso II da Lei 8.666/93:

Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte integrante:

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, com seus impostos e obrigações sociais e sindicais exposta nelas;

A inexistência junto ao instrumento convocatório desse requisito legal (orçamento, preços unitários) é inconteste e insofismável, pois não basta apenas o valor máximo ou simulação de planilhas sem salários base e impostos a serem recolhidos, é preciso à planilha detalhada com seus impostos, obrigações sociais e principalmente informar aos licitantes qual é a taxa de ISSQN recolhida pelo Município de Vacaria, para que este possa expô-la em sua planilha de custo e proposta financeira.

Para tanto basta verificar o denominado ANEXO I - PROJETO BÁSICO do Edital, onde apenas foram relacionadas algumas características técnicas do objeto da contratação, sem qualquer informação sobre os correspondentes preços unitários, nos termos determinados pelo art. 40 da 8.666/93.

Ressalte-se aqui a capital importância desses dados obrigatórios (preços orçados unitários e impostos a ser recolhido, salários base exigido pelo sindicato de cada categoria etc.) estarem contidos no ato convocatório, sob três enfoques fundamentais:

- a) Para a plena compreensão dos licitantes do objeto e do vulto da contratação estimada pelo Poder Pública e consequente formulação de suas propostas;
- b) À aferição de INEXÜIBILIDADE de preços dos licitantes;
- c) Para se conhecer com precisão a proposta, especialmente para se evitar a concentração dos pagamentos de maior nas fases iniciais das obras, com riscos à conclusão final dos serviços, ou pleitos posteriores de reequilíbrio econômico-financeiro indevido.

Essa falha editalícia é da maior relevância, face o objeto sob licitação tratar de obra e serviços, senão no seu conceito amplo e no seu conceito básico-estrutural onde, via de regra a realidade da execução não corresponde exatamente aos quantitativos indicados, necessitando na maioria das vezes de aditamentos, os quais devem ocorrer sempre a partir do balizamento dados pelos preços unitários.

Esses, aliás, são os precípuos objetivos desses dispositivos legais, quais sejam: não só oferecer segurança aos contratados de que não serão surpreendidos no futuro, como especialmente vincular a vontade do administrador a regras claras, transparentes em proteção a moralidade pública e acima de tudo em sintonia com a lei incidente.

Também, essas exigências editalícias (que devem constar no próprio corpo do Edital ou em anexo que o integra, conforme dispositivos legais apontados) são evidente, parâmetros importantíssimos à fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo.

Esta falha deve ser corrigida para a indispensável submissão do presente proposição de licitação pública à Lei de Licitações. *Inexiste, juridicamente falando, possibilidade de seguimento deste certame sem cumprimento daquele requisito ilegal.*

Assim, o elaborador do Edital, ao se auto liberar dessa importante exigência legal (orçar preços unitários com seus percentuais de impostos, salários base de cada categoria, índice de retenção de INSS, ISSQN, PIS CONFINS, IR e expô-los no edital) está, em verdade pretendendo coarctar os futuros contratados ao seu jugo absoluto, eis que ficarão os mesmos sempre dependentes de sua “boa vontade” e absoluto “discrecionalismo” pela falta de parâmetros adequados a regular a execução/fiscalização contratual futura.

Então, na forma posta, o Edital permitirá na sua fase executiva-contratual, autonomia gerencial que lei nenhuma assegura aos entes integrantes da Administração Pública.

Estando o Edital subordinado às normas vinculantes estabelecidas em lei, não pode o administrador público deixar de incluir em seu conteúdo, ao seu talento, o que a LEI INCIDENTE determina. É o que está a ocorrer no presente caso. Daí a presente irresignação de potencial licitante.

Decorre evidente que o presente instrumento convocatório da licitação neste aspecto, não está formulado de acordo com a LEI DE LICITAÇÕES.

Deve-se, assim, em homenagem à legislação aplicável, se reconhecer a carência de legalidade do Edital, para que o mesmo seja refeito – COM A DEVIDA INCLUSÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS ORÇADOS PELO LICITADOR, com inclusão dos impostos a serem recolhidos ao fisco e ao Município de Vacaria no caso do ISS, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART.40 INCISO II DA LEI 8.666/93, à indispensável conformação legal da contratação pretendida.

2ª - SEGUNDA ILEGALIDADE

Planilha apresenta custo de determinado número de roçadores enquanto que o item 5.2.2 equipamentos são exigidos a menos.

O edital em seu contexto não é claro no item 5.2.1 do pessoal, exige 20 (vinte) roçadores e logo abaixo no item 5.2.2 do equipamento, exigem 10 (dez) roçadeiras costais, isso significa que há uma diferença de 10 (dez) pessoas entre a planilha e os equipamentos.

Primeiro, exige número determinado de roçadores, de 20 (vinte) homens. Segundo os equipamentos são de apenas 10 (dez). Porém resta à falha do edital que poderá trazer grandes prejuízos entre os salários determinados dos roçadores ao número de equipamentos.

Demais dúvidas do edital, que devem ser esclarecidas.

O edital exige que devam ser efetuadas as obras de construção da célula IV etapa três.

O ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA, o mesmo não explica de que forma a licitante poderá se ressarcir do valor total da implantação que é de R\$ 241.691,09 ao longo dos dois anos. O termo referencia serve para balizar futuros compromissos da empresa contratada com o Município, e este edital nada esclarece o que posterior à assinatura do contrato poderão surgir às dúvidas, ao contrário o contrato se torna inexecutável, já em seu início e ilegal nas licitações pública que poderão deixar de apresentar outros serviços para compensarem a falha do edital, como é o caso de 20 (vinte) roçadores exigidos e apenas 10 (dez) equipamentos.

Há de se questionar também, será que isso não vem ocorrendo há anos após anos em virtude que o último edital exigia 20 roçadores e 10 equipamentos costais, e a contratada da época vem trabalhando com apenas 10 roçadores?

O Município licitador tem que ser coerente na apresentação das planilhas para não haver dúvidas durante a contratação, o número de 42 funcionários no Item 5.2.1 pelo preço orçado é inexecutável.

A seguir um demonstrativo de como ficaria os custos dos funcionários aplicando os impostos exigidos por lei.

1. ATERRO SANITÁRIO E UNIDADE DE TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO

1.6.1. Pessoal:

Quadro 1.1 – Planilha de custos mensal para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Operário	Hora	02	192	6,41	2.462,30
Operador de máquinas	Hora	01	192	11,48	2.203,72
Motorista de caminhão	Hora	01	192	11,48	2.203,72
Gerente Administrativo	Hora	01	192	21,21	4.072,59
Secretária	Hora	01	192	6,13	1.176,28
Vigia Noturno	Hora	03	336	5,84	5.889,14
Total 1.1 – total mensal com pessoal					18.007,75

Total mensal apresentado item 1. de custo com pessoal R\$ 18.007,75

Encargos sociais (já calculados)
PIS e COFINS 9.25% (não calculados)
IR 1.5%
ISSQN 5%

Lucros

Total de pessoal impostos e encargos item 1.

R\$... ????

2. EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

2.3.1. Pessoal:

Quadro 2.1 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Engenheiro Responsável	Horas	01	150	31,72	4.757,89
Topógrafo	Horas	01	45	21,57	970,74
Fiscal de Obras	Horas	01	250	15,22	3.805,24
Total 2.1 – total com pessoal					9.533,87

Total mensal apresentado item 2.

Com pessoal		R\$ 9.533,87
Encargos sociais		(já calculado)
PIS CONFINS	9.25%	(não calculado)
IR	1.5%	R\$...
ISSQN	5%	R\$...
Total com pessoal impostos e encargos item 2.		R\$... ?????

3. COLETA

3.2.1. Pessoal:

Quadro 3.1 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Garis	Hora	12	200	7,58	18.181,20
Motoristas de caminhão	Hora	03	200	11,48	6.886,62
Total 3.1 – total mensal com pessoal					25.067,82

Total com pessoal apresentado no item 3.		R\$ 25.067,82
Encargos sociais	(já calculado)	
PIS CONFINS	9.25% (não calculado)	R\$...
IR	1.5%	R\$...
ISSQN	5%	R\$...
Total de despesas com pessoal item 3. Coleta		R\$???

3.4. Coleta seletiva de resíduos sólidos

3.5.1. Pessoal:

Quadro 3.3 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Garis	Hora	06	176	7,58	7.999,73
Motorista de caminhão	Hora	02	176	11,48	4.040,15